

A DESPOLITIZAÇÃO DA AÇÃO E DO PENSAMENTO DERROTISTA

Rafael Rossi

Doutorando em Educação na UNESP – FCT de Presidente Prudente – SP
Docente do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFMS em Campo Grande – MS
Grupo de Pesquisa Formação de Professores, Políticas Públicas e Espaço Escolar – GPFOPE
rafaelrossi6789@hotmail.com

O presente texto é instrumento pelo qual problematizamos as afirmações e a invertida linha de argumentação desenvolvida pelo sociólogo Zander Navarro em seu texto: “A derrota, na ação e no pensamento” publicado no jornal *O Estado de São Paulo – Estadão* no último dia 23 de março de 2014. Navarro inicia seu escrito questionando o que é ser camponês e expõe em breves considerações a suposta incompatibilidade deste conceito perante “um mundo comandado pela vida urbana”. Se há algo que merece ser considerado relevante no texto deste autor é a maneira pela qual ele desenvolve sua estrutura argumentativa, direcionando o leitor, pouco a pouco, a ser convencido pela sua postura que embora seja científica, está imbuída de uma forte defesa da ideologia das classes dominantes. Mesmo que tenha sido publicado num jornal de ampla divulgação e, por isso, não necessariamente segue os padrões da linguagem e escrita científica, percebe-se, no entanto, que o autor se esforça de modo pueril em buscar minimamente respaldo para sua opinião, se utilizando para isso de uma distorção dos aspectos presentes no livro “Palavras chave” de 1976 e autoria de Raymond Williams.

A escolha não é aleatória! Raymond Williams fora um crítico galês, ligado aos historiadores preocupados política e socialmente com os rumos da sociedade e da cultura, possuindo, inclusive, relações com o Partido Comunista Britânico. Neto de agricultores e filho de ferroviário, Williams teve forte influência do pensamento comunista e se engajou em estudos de sociologia e crítica cultural (OLIVEIRA, 2014). Dessa forma, Navarro tenta convencer o leitor de que o conceito de camponês não se justifica mais nos dias atuais, por seu descompasso com o ritmo modernizante da atual agricultura capitalista. Será que o sociólogo e professor aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – não conhece os trabalhos de Shanin (2005, 2008), de Carvalho (2003, 2009, 2010, 2011, 2012), de Martins (1981, 1986, 1994, 2000), de Oliveira (1986, 1994, 2001, 2003 e 2005), de Fernandes (1999, 2001, 2005, 2007, 2009) e tantos outros teóricos que argumentam e nos explicam sobre a destruição e recriação dos camponeses a partir do desenvolvimento desigual e contraditório do modo de produção capitalista? A princípio parece-nos que não, mas no decorrer da leitura de suas parcas ideias e postura percebemos que algo maior norteia seus caprichos.

Vamos analisar o seguinte trecho:

O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. Um ponto a ser lembrado, especialmente no contexto das diversas

experiências “ocidentais”, é que a essência de tal unidade reside não no parentesco, mas na produção. (SHANIN, 2005, p.05)

O que Shanin (2005) nos permite compreender é a complexidade e profundidade de análise que é preciso no estudo e na pesquisa sobre a definição de camponês, inclusive apontando como proposta a consideração das suas relações de produção. Oliveira (1986) desenvolve um raciocínio próximo ao de Shanin (2005) completando a ideia deste ao afirmar que:

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições (OLIVEIRA, 1986, p.29).

Oras o capitalismo não se territorializa com consequências homogêneas por todo espaço geográfico, inclusive, sem encontrar movimentos de resistência e de proposições criativas e práticas de oposição e superação. O pensamento de Oliveira (1986) é de fundamental importância, pois nos possibilita entender que a contradição do capitalismo se relaciona de modo conflituoso com relações não capitalistas, desenvolvendo: “numa unidade contraditória, as condições de sua expansão e simultaneamente os entraves a essa expansão” (OLIVEIRA, 1986, p.29). Em decorrência dessas explicações e ponderações científicas, não resta dúvida de que Navarro não somente conhece tais referenciais teóricos e outros clássicos ligados ao Paradigma da Questão Agrária¹, como inverte suas ideias numa articulação intencional de desmoralização da pesquisa sobre os camponeses e os conflitos inerentes à questão agrária numa perspectiva histórica e na contemporaneidade. Aliás, este é outro ponto que precisa ser problematizado no texto do supracitado sociólogo: a conflitualidade.

O autor exalta o “extraordinário desempenho da agropecuária no Brasil” que segundo sua opinião será em breve “o maior produtor mundial de alimentos, superando os EUA”. Entretanto o que não é tratado em seu escrito é a conflitualidade gerada pela territorialização material e imaterial do agronegócio. O autor não leva em consideração o fato de que desde 2009 o Brasil é o país que mais consome agrotóxicos no mundo, e em decorrência disso o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - lançou a “Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida” com objetivo de explicitar também a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento agrário do agronegócio. Dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da UFPR mostram que o brasileiro, em média, consome 5,2 litros de agrotóxico por ano. Apesar deste panorama, o Prêmio Mundial da Alimentação em 2013, reconhecido como uma espécie de “Nobel da Agricultura” foi concedido para indústrias que desenvolvem transgênicos como a Robert Fraley da Monsanto e a Mary-Dell Chilton pertencente à Syngenta. Uma das consequências dessa contradição é o aumento verificado no coeficiente de

¹ O Paradigma da Questão agrária, de modo geral, trabalha com a análise da renda da terra, das desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista e a diferenciação econômica do campesinato sendo que uma reflexão mais profunda sobre este tema pode ser encontrada em Fernandes (2005).

incidências de acidentes de trabalho por intoxicação por agrotóxicos em homens, como mostra o relatório da CPT – Comissão Pastoral da Terra, no período de 2007-2011, subindo de 1,27 em 2007 para 2,88 em 2011. Ainda com relação aos agrotóxicos, a pesquisa de Pignati, Machado e Cabral (2007), mostra que os brasileiros consomem 14 tipos de agrotóxicos que são proibidos no restante do mundo em decorrência de serem prejudiciais à saúde. Foram analisadas 62 amostras de leite materno de mães com filhos que nasceram de 2007 a 2010 no município de Lucas do Rio Verde – MT e em todas foram encontradas a presença de agrotóxicos que prejudicam os sistemas reprodutivo e endócrino.

Navarro também não pondera que de acordo com o IBGE, aproximadamente 8.300 grandes proprietários de terra são donos de 83 milhões de hectares, enquanto que 4,3 milhões de camponeses somente possuem 70 milhões de hectares, no entanto, são responsáveis por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, possuem somente 14% de acesso a créditos e estão em apenas 24% das terras agricultáveis do país. Além disso, os latifundiários pagaram em 2011 apenas 0,04% de todos os impostos arrecadados pela União (governo federal, municípios e estados) como presente no cálculo do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de acordo com MST (2014).

Como o mito da neutralidade é uma falácia, entendemos que a opção por não tratar da questão agrária em seu escrito numa posição de conflitualidade, que considere as desigualdades e contradições, configura numa estratégia tacanha de ocultamento dos conflitos e inversão teórica e ideológica com graves repercussões, pois: “A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando *invisibilizar* sua conflitualidade” (FERNANDES, 2005, p.38). E o que dizer do ataque de Navarro ao termo “povos tradicionais”? Seria este termo somente mais uma manobra da “ideologia de grupos partidários incrustados no Estado” como o intelectual pseudo crítico entende? Em geral o termo “povos tradicionais” ou “povos do campo” aparece em documentos legais para designar: os extrativistas, pescadores artesanais, quilombolas, caiçaras, agricultores, acampados em luta pela reforma agrária, caboclos, comunidades indígenas etc. Ou seja, são justamente esses povos que foram tradicionalmente no Brasil e, em outros países, excluídos de uma série de direitos sociais, expulsos de seus territórios, expropriados das condições de sobrevivência de seu trabalho e, infelizmente em vários episódios da história, expropriados da própria vida.

Contudo, também são esses povos, muitas vezes organizados em movimentos socioterritoriais, que conseguem o que Navarro considera ser “um lado virtuoso”, pois suas lutas “impulsionaram a exigência política dos direitos ou uma ação mais democratizante do Estado”. Esta passagem do texto nos comprova que o autor não é ignorante no assunto, mas sim, se utiliza de sua posição como cientista para disseminar ideias e discursos a favor dos interesses das classes dominantes em seu processo de expansão material e ideológica na busca pelo consentimento de toda sociedade civil. Se não fosse a ação dos trabalhadores anteriormente mencionados e que Zander considera não serem “enraizados” e nem possuírem “costumes e hábitos próprios”, não

teríamos, por exemplo, as seguintes conquistas: as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB n.01 de 2002 e n.02 de 2008); o parecer no. 01/2006 reconhecendo e respeitando os dias letivos da Alternância; o decreto no. 1.352 de 2010 dispendo sobre a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e o projeto de lei no. 98, de 2013, que dificulta o processo descabido e preponderante de fechamento de escolas no campo, que deverá ser precedido de manifestação da comunidade escolar, do órgão normativo do respectivo sistema de ensino e de justificativa da Secretaria da Educação.

Poderíamos lembrar e elencar várias outras conquistas da classe trabalhadora camponesa, dos movimentos socioterritoriais e dos “povos tradicionais” que através da pressão popular obtiveram direitos à toda sociedade, em especial, aos grupos e classes sociais que mais secularmente sofreram e sofrem com a opressão e as desigualdades. Porém, nosso intuito não é este com o presente texto, mas tão somente expor as fragilidades, as “invisibilizações” e o posicionamento descomprometido com a democracia de Zander Navarro. O ataque teórico sobre o trabalho dos pesquisadores que se dispõem a compreender o modo de produção capitalista a partir de seu desenvolvimento desigual e contraditório e sua conflitualidade, não é um ataque tão somente a uma corrente teórica ou determinado grupo de pesquisadores. É, antes de tudo, uma postura ofensiva contra os próprios camponeses em seu processo de resistência e recriação e, de um modo mais amplo, um ataque à emancipação da própria classe trabalhadora. Que este autor se lembre de que não basta negar os discursos e as teorias, por se tratar de questões pessoais e que simplesmente não é de seu agrado social e político. É preciso superar as proposições e os discursos explanando e explicitando suas lacunas, como já nos ensinava o Mestre Dermeval Saviani na teoria da “curvatura da vara” (2000). Navarro se esquece como bem afirma Silva (2013) que um cientista atua sob a autoridade do argumento e não sob o argumento da autoridade e, justamente em decorrência disto, se coloca numa posição “neutra” para afirmar absurdos, impropérios e toda espécie da mais “ridícula baboseira” somente tendo como preocupação agradar as elites. Por fim, que o professor aposentado da UFRGS retome os clássicos e reflita: **“quem considera petulância da classe trabalhadora reivindicar seus direitos [...] não tem realmente nada que ver com libertação nem democracia, pelo contrário, quem assim atua e assim pensa, consciente ou inconscientemente, ajuda a preservação das estruturas autoritárias”** (FREIRE, 1991, p. 17, grifo nosso).

REFERÊNCIAS

CARVALHO, H. M. **Reforma Agrária e o bloco no poder**. Revista Lutas Sociais, n. 10, vol.09, p. 01-14, 2003.

CARVALHO, H. M. **De produtor rural familiar a camponês – A Catarse necessária**. Boletim DATALUTA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP, p. 01-24, 2009.

CARVALHO, H. M. **Uma ressignificação para a Reforma Agrária no Brasil**. Boletim DATALUTA Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP, p. 01-10, 2010.

CARVALHO, H. M. **Na Sombra da Imaginação: O Camponês e a Superação de um “Destino Mediocre”**. Boletim DATALUTA, Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária/UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP, p.01-13, 2011.

CARVALHO, H. M. **O Campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. 2012, Curitiba – PR, Disponível em: <http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/doc_view/126-campesinato-contemporaneo-como-modo-de-producao-e-como-classe-social> Acesso em: mai. 2013.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do Campesinato Brasileiro – Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo – USP/Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas. 1999.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. Seminário no Lincoln Institute of Land Policy. In: Revista Nera, no.7, 2005.

FERNANDES, B. M. **Territórios da Questão Agrária: Campesinato, reforma agrária e agronegócio**. Revista ABRA, vol.34, no.02, p.77-93, 2007.

FERNANDES, B. M. **Sobre a Tipologia de Territórios**. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1991.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo : Edusp, 2000.

MST. **Em reunião com Dilma movimentos do campo exigem garantia de direitos**. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Em-reuni%C3%A3o-com-Dilma-movimentos-do-campo-exigir%C3%A3o-garantia-de-direitos>> Acesso em: mar.2014.

NAVARRO, Z. **A derrota, na ação e no pensamento**. 2014, São Paulo – SP, Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-derrota-na-acao-e-no-pensamento,1144074,0.htm>> Acesso em: mai. 2013.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Revista Estudos Avançados, n. 15, vol. 47, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **Barbárie e Modernidade: O Agronegócio e as transformações no Campo.** Texto para discussão em reunião da CPT nacional – Goiânia 22/10/2003. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/103273986/BARBARIE-E-MODERNIDADE-2-color>> Acesso em: abr.2014.

OLIVEIRA, A. U. **O MST como movimento socioterritorial moderno.** Revista USP, São Paulo, n. 64, p.156-172, 2005.

OLIVEIRA, M. A. T. **Pensando a História da Educação com Raymond Williams.** Revista Educação & Realidade, v.39, n.01, p.257-276, 2014.

PIGNAT, W. A.; MACHADO, J. M. H.; CABRAL, J. F. **Acidente rural ampliado: o caso das "chuvas" de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT.** Revista Ciência e Saúde Coletiva, n.01, vol.12, p. 105-114, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 33ª ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SHANIN, T. **A definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações – O velho e o novo em uma discussão marxista.** Revista Nera, ano 08, n. 07, p. 01-21, 2005.

SHANIN, T. **Lições Camponesas.** In: PAULINO, Eliani Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. Campesinato e Territórios em Disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, J. S. **A hybris do “ponto zero” e o “autismo científico”.** Página do MST, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15454>> Acesso em: abr. 2014.